



**Deputados mirins reeleitos
no Parlamento Juvenil
sonham até com retorno à
presidência da Mesa Diretora**
PÁGINAS 4 e 5

JORNAL DA ALERJ

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Ano XI - Nº 273 - Rio de Janeiro, 1º a 15 de setembro de 2013



**Impresso
Especial**

9912242287/2009-DR/RJ
ALERJ

...CORREIOS...

Fotos: Ruano Carneiro

**TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO**

O abecê da Alerj

Entenda o que são os projetos de
lei, as emendas, as indicações e
todos os instrumentos legislativos
usados pelos deputados

PÁGINAS 6, 7 e 8

FRASES



“O Ministério do Trabalho já teve como titular um João Goulart. Como ver o ministério envolvido em um antro de corrupção com o desvio de recursos públicos destinados a fazer com que brasileiros alcancem a capacitação para o mercado de trabalho?”

Paulo Ramos (sem partido), sobre a descoberta da Polícia Federal de fraudes de cerca de R\$ 400 milhões em convênios.

“Como podemos ter mobilidade se não temos planejamento metropolitano? Não se discute o uso do solo, transportes, habitação, geração de emprego e renda.”

Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), sobre a necessidade de se incluir outros temas na política de transportes.

“É preciso planejar o desenvolvimento do interior e nos anteciparmos com a recuperação das linhas férreas para um novo sistema de transporte.”

Jânio Mendes (PDT), sobre juntar o aquecimento da economia à malha de transportes no interior.

AGORA É LEI

Proibida consulta a parentes para aprovação de crediário

As empresas de financiamento e crediário serão obrigadas a anunciar a norma que impede consulta a amigos, vizinhos e familiares de clientes durante o levantamento de informações cadastrais. Proposta por Beбето (PDT), a Lei 6.531/2013 foi publicada no Diário Oficial do Executivo no último dia 13 de setembro e determina que seja fixado o teor da Lei 3.299/1999, que já proibia este tipo de consulta.

Para o deputado, a nova regra pretende impedir um constrangimento desnecessário e ainda comum em estabelecimentos financeiros e comerciais. “Não faz sentido que hoje em dia, diante da possibilidade de levantar informações por outros meios, como a consulta ao CPF, empresas ainda importunem as pessoas dessa maneira. O conhecimento sobre esta lei reduzirá essa prática”, disse Beбето.

De acordo com o texto, quem descumprir a lei sofrerá as punições já previstas no Código de Defesa do Consumidor, que vão desde aplicação de multa à imposição de contrapropaganda.

MÍDIAS SOCIAIS

No caso dos embargos infringentes, acompanho o pensamento dos 5 ministros que votaram contra.

@LuizPaulo_dep
Luiz Paulo



Dia 14/9, às 13:09



Acabei de chegar da Rocinha. Visitei o projeto Reação, do judoca Flávio Canto. Excelente trabalho!

@marcelofreixo
Marcelo Freixo



Dia 9/9, às 10:40



Até que enfim! Excelente notícia. Queremos mais conquistas. Pensem nisso!

@AnaAmen
AnaAmen

Dia 15/9, às 08:29



*As mensagens de mídias sociais são publicadas na íntegra, sem nenhum tipo de edição.

EXPEDIENTE



Presidente
Paulo Melo

1º Vice-presidente
Edson Albertassi

2º Vice-presidente
Roberto Henriques

3º Vice-presidente
Gilberto Palmares

4º Vice-presidente
Rafael do Gordo

1º Secretário
Wagner Montes

2º Secretário
Graça Matos

3º Secretário
Gerson Bergher

4º Secretário
José Luiz Nanci

1º Suplente
Samuel Malafaia

2º Suplente
Beбето

3º Suplente
Alexandre Corrêa

4º Suplente
Thiago Pampolha

JORNAL DA ALERJ
Publicação quinzenal da Subdiretoria Geral de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Jornalista responsável: Luisi Valadão (JP-30267/RJ)

Editor-chefe: Pedro Motta Lima

Editor: Marcelo Dias

Chefe de Reportagem: Fernanda Galvão

Equipe: Ana Paula Teixeira (diagramação), André Nunes, Fernanda Porto, Marcus Alencar, Symone Munay e Vanessa Schumacker

Edição de Fotografia: Rafael Wallace

Edição de Arte: Mayo Ornelas

Secretária da Redação: Regina Torres

Estagiários: Amanda Bastos, Bárbara Figueiredo, Bárbara Souza, Bruna Motta, Camilla Pontes, Eduardo Paulanti, Fabiane Ventura, Fábio Peixoto, Gabriel Esteves (foto), Gabriel Telles (foto), Gabriela Caesar, Lucas Lima, Ruano Carneiro (foto) e Thiago Manga

Telefones: (21) 2588-1404 / 1383
Fax: (21) 2588-1404
Rua Primeiro de Março s/nº sala 406
CEP 20010-090 – Rio de Janeiro/RJ

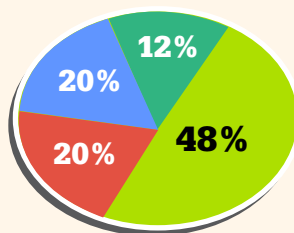
Email: dcs@alerj.rj.gov.br
www.alerj.rj.gov.br
www.twitter.com/alerj
www.facebook.com/assembleiarj
www.alerjnoticias.blogspot.com
www.radioalerj.posterous.com

Impressão: Imprensa Oficial
Tiragem: 5 mil exemplares

ENQUETE

Qual é o meio de transporte mais problemático do estado?

Vote na próxima enquete:
www.alerjnoticias.blogspot.com



Trens
Metrô
Barcas
Ônibus intermunicipais

Siga a @alerj no
twitter
www.twitter.com/alerj

Receba o **JA** em casa
JORNAL DA ALERJ
<http://bit.ly/jornalalerj>

Veja nossos
álbuns do Picasa
<http://bit.ly/alerjpicasa>



Ouçã sonoras dos deputados
radioalerj.posterous.com

DESPERDÍCIO ZERO



Ruano Carneiro

Jomar Ribeiro doa 100kg de sobras de alimentos todos os fins de semana. Até o fim do ano, seriam 4.700t na Ceasa toda

Alerj aprova lei criando programa para doação de comida, com fiscalização do poder público

FÁBIO PEIXOTO E LUCAS LIMA

Dados da Organização das Nações Unidas mostram que o Brasil é um dos dez países que mais jogam comida no lixo e que o Rio de Janeiro está entre as 20 cidades no topo do ranking do desperdício na América Latina. Por aqui, o IBGE confirma que a lixeira é destino de 64% de tudo o que deveria estar nos pratos da população brasileira. Só na Ceasa, seriam 4.700 toneladas de alimentos por ano. Para tentar evitar isso, a Assembleia Legislativa aprovou em julho a Lei 6.498/2013, criando um programa para reaproveitamento de alimentos.

O caminho das sobras de alimentos começa ainda no campo, durante o plantio e a colheita. Mas a maior parte da comida se perde em restaurantes, supermercados, hotéis ou qualquer outro lugar em que se sirva ou venda uma refeição. Autor da lei, o deputado Pedro Augusto (PMDB) explica que o texto prevê a distribuição desses alimentos para a população carente, mas ressalta que não se trata do que

sobra nos pratos: “O objetivo é que distribuam os alimentos da cozinha que não foram utilizados e estão em condições ideais de consumo, não o que a clientela deixou no prato”.

De acordo com a lei, cabe ao poder público a fiscalização da qualidade dos alimentos. Segundo o deputado, a ideia surgiu do desperdício nos restaurantes. “Sempre reparo na quantidade de comida que as pessoas deixam nos pratos e acho isso um verdadeiro pecado, uma vergonha. O que jogamos fora seria suficiente para alimentar toda a população da França por pelo menos uma semana”, diz.

A nova lei corrobora uma prática já existente na Ceasa. Criado em maio de 2011, o Banco de Alimentos da Ceasa distribui mensalmente até 80 toneladas para 106 instituições. Mas esse número pode ser ainda maior, como se vê nas sobras do comerciante Jomar Ribeiro.

“Nos fins de semana, a sobra chega às vezes a 100kg, o que é até pouco pela movimentação que temos por aqui. Temos um amigo que faz um serviço social que recebe quase tudo, mas também doamos quando passa alguém aqui e pede”, diz ele, elogiando a nova lei: “Já vi restaurantes terem problema com doação. Então, é bom que a responsabilidade saia do comerciante e vá para o Estado”.

"Não doo nada que eu mesmo não comeria"

Considerando-se que a Ceasa possui cerca de 900 comerciantes e os 100kg de sobras semanais verificado por comerciantes como Jomar Ribeiro, o potencial de doação chegaria a 4.700 toneladas até o fim de dezembro. “Muitas mercadorias amassam ou sofrem um pequeno dano. Para o comércio, não servem, apesar de estarem boas para o consumo. Mas não doo nada que eu mesmo não comeria”, diz o vice-presidente da Associação Comercial dos Produtores e Usuários da Ceasa, Roosevelt Barreto.

E sobras não faltam, como conta o comerciante Rogério Martins. “Seria importante um trabalho de conscientização com os comerciantes para evitar o desperdício, pois quase tudo vai para o lixo”, diz ele, acrescentando que doa tudo para igrejas e orfanatos.

Já Marcelo de Marchi inclui na lista até empregados da Ceasa. “Faço doações esporádicas: o comerciante só quer a fruta impecável. Se estiver um pouco mais escura ou levemente amassada, eles não querem. Ajudei por muito tempo uma americana que tinha uma ONG para crianças em Pedra de Guaratiba. Doamos também para funcionários do Ceasa, gente que ganha menos aqui”.

Retorno ao Parlamento Juvenil

Fotos: Rafael Wallace

De presidente para presidente: Paulo Melo e Irlane Maciel na última edição do Parlamento Juvenil, no ano passado

Estudantes-deputados se reelegem e jovem quer voltar à presidência da Mesa Diretora

SYMONE MUNAY

Aprendizes de feiticeiro, participantes das últimas edições do Parlamento Juvenil parecem já ter dominado as lições tomadas na Assembleia Legislativa. Pelo menos, dez deles são candidatos à reeleição. A começar pela própria presidente da Mesa Diretora em 2012, Irlane Maciel, de Carapebus, no Noroeste Fluminense.

Já reeleita, a moça, de 18 anos, retorna à Alerj com um projeto para concessão de incentivos a educadores e professores que atuem em sala de aula. “O que me motivou a participar desta edição foi a possibilidade de disputar o cargo de presidente da Mesa Diretora e discutir a importância do meu projeto. Vejo os professores desencorajados pelos baixos salários e pela deficiência na qualificação, cursos de reciclagem e especialização”, conta Irlane.

Outro que venceu mais uma eleição é Aldenir dos Santos Júnior, também de 18, do município de São José do Vale do

Rio Preto, na Região Serrana. Aldenir voltará propondo uma avaliação dos estudantes do 1º ao 3º ano do ensino médio por uma equipe itinerante da Secretaria estadual de Educação.

“Na avaliação escolar, as atividades extracurriculares, cursos técnicos e voluntariado valerão pontos. A ideia é que a pontuação ajude no acesso ao Enem (Exame Nacional do Ensino Médio)”, explica o rapaz, que diz ter se candidato de novo para provar que seu projeto trará benefícios aos estudantes da rede pública.

Incentivado a retornar ao Parlamento Juvenil para lançar uma proposta em benefício de sua comunidade, Matheus de Lima Leite, de 17, candidato de Sapucaia, no Centro-Sul Fluminense, pretende defender os moradores que perderam seus bens nas últimas enchentes. “Moro num bairro (Jamapará) que foi parcialmente destruído pelas enchentes de 2012. Por isso, minha proposta é que se estabeleça indenização a todo cidadão que sofrer dano ou se sentir ameaçado por qualquer acidente natural”, conta o rapaz.

Presidente da Assembleia Legislativa, e em seu sexto mandato, o deputado Paulo Melo (PMDB) elogia o interesse dos reeleitos. “Às vésperas de mais um ano eleitoral, vejo com bons olhos

a iniciativa dos jovens que retornam ao projeto. Admiro os que insistem e lutam pelos seus ideais. O que nos interessa é possibilitar que eles troquem experiências, aprendam a lidar com as diferenças”, disse.

Cursinho preparatório para o plenário

Entretanto, antes de chegar ao Palácio Tiradentes, os parlamentares juvenis participam de um cursinho em setembro e outubro sobre leis, posturas e tudo o mais relativo ao exercício de um mandato. “Vamos orientá-los no que diz respeito a transformar uma ideia em projeto de lei e apresentar o Regimento Interno do Parlamento Juvenil para que saibam se comportar durante as sessões plenárias,” explicou o coordenador do projeto, Eduardo Nunes, um ex-deputado mirim.

Desde que foi instituído, em 2003, o Parlamento Juvenil já recebeu 410 alunos-deputados. Neste ano, porém, não haverá tema definido para a apresentação dos projetos de lei, como acontecia em edições anteriores. Mas, pelo que se vê entre os reeleitos, o mote principal deve girar em torno da educação.

Eleição mirim igual à de gente grande

O processo eleitoral do Parlamento Juvenil se divide em duas fases. O primeiro turno acontece dentro das escolas. Todas as turmas podem apresentar o seu candidato e uma votação interna irá determinar o representante do colégio. Já no segundo turno, a disputa se dá apenas entre os candidatos eleitos das escolas, com o vencedor apontado como representante da cidade.

Tal como uma eleição direta de verdade, o voto é secreto. O pleito é organizado por uma comissão eleitoral composta por no mínimo três integrantes e presidida por um professor da unidade de ensino. Além dele, há um representante da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) e um aluno do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Cap-Uerj).

Uma vez eleito, o parlamentar juvenil equivalerá a um deputado estadual, com poderes de elaborar um projeto de lei que será apresentado, em novembro, no plenário da Alerj. Se aprovado, o texto será encaminhado ao governador para ser ou não transformado em mensagem de lei a ser encaminhada à Assembleia Legislativa.

Criado em 2003 pela Alerj em um convênio com a Secretaria estadual de Educação, o Parlamento Juvenil chega à sua sétima edição.

Entrevista/Philippe Paiva

Ele é um dos mais jovens candidatos, está no último ano do ensino médio, fala cinco idiomas (inglês, francês, espanhol, alemão e até latim) e, pela segunda vez, disputa um mandato de parlamentar juvenil pelo município de Porto Real, na Região do Médio Paraíba. Filho de um caminhoneiro e uma assistente social, Philippe Paiva, de 16 anos, diz que é fundamental gostar do que se faz e saber onde se quer chegar. No caso dele, ser político. Além de representante de turma no Ciep Luiz José Daflon Gomes, Philippe é coordenador arquidiocesano de liturgia, onde atende 365 comunidades, e ainda encontra tempo para escrever poesias e, claro, estar ligado às redes sociais.

Onde você consegue tempo para diversão e amigos?

Como faço tudo com prazer, eu acabo me divertindo e sempre ao lado de amigos. Nós nos reunimos e fazemos tudo o que os jovens da minha idade podem e devem fazer. Acho que o segredo da felicidade é encontrar a felicidade dos outros e não somente a sua.

O que pensa para o futuro?

Gosto do voluntariado, de estar perto das comunidades carentes. Ajudo em tudo que posso. Vou seguir carreira de advocacia voltada para

assistência social.

Por que vocês quer retornar ao Parlamento Juvenil?

Pela necessidade de ser útil. Quero tentar fazer alguma coisa pela minha comunidade. No interior, as cidades estão sendo deixadas de lado e muitos jovens não recebem nenhuma motivação.

Qual é a sua plataforma de trabalho para este ano?

Defender a criação de uma disciplina escolar que tenha como diretriz a prevenção de drogas. Minha ideia é que seja uma matéria extracurricular. Pode não parecer, mas existe jovem que não tem a mínima noção do mal que a droga é capaz de causar.



Gabriel Telles

TV Alerj e “O Dia” criam debate em comunidades pacificadas

Toda primeira terça-feira do mês, às 21h50min, quem sintoniza na TV Alerj pode assistir a debates nas comunidades pacificadas na série “Rio sem Fronteiras”, produzida entre a emissora e o jornal “O Dia”.

Cada programa, comandado pelo jornalista André Balocco, de “O Dia”, tem duração de dez minutos. Voltado para a cultura, o “Rio sem Fronteiras” discutiu, no primeiro episódio, o papel do esporte como mais uma forma de inclusão social, tendo como cenário o Morro da Mineira, na Zona Norte do Rio.

O próximo episódio, programado para ser exibido em outubro, foi gravado no Morro do Fallet, em Santa Teresa, na região central do Rio, e tratará de novas oportunidades e liderança após a pacificação nas comunidades.

Segundo o diretor-geral da TV Alerj, Aristides Boyd, a emissora se beneficia da parceria com “O Dia” incrementando a sua cobertura diária — de 24 horas por dia. Além disso, Boyd lembra que a TV Alerj mantém outras parcerias, como com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a TV Câmara.

“A gente procura diversificar a programação, já que são 24 horas no ar. Para uma TV pequena como a nossa, é difícil preencher a grade e esses convênios nos ajudam muito”, diz Boyd.

Na capital, a TV Alerj pode ser vista no canal 12 da Net. Nas demais cidades, veja a relação em www.tvalerj.tv.

CAPA

A Alerj em glossário

DIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PARTE II PODER LEGISLATIVO

Todas as terças, quartas e quintas-feiras, às 16h30min, a Assembleia Legislativa dá início à sua Ordem do Dia, discutindo e votando a pauta diária. Essa é a parte fácil de memorizar. As sessões ganham complexidade quando são citados os diferentes instrumentos usados pelos deputados — que não se resumem apenas a projetos de lei. E para o leitor entender cada um deles, o “Jornal da Alerj” preparou um glossário desses bastidores.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 00/2013

Autor(es): Fernanda Porto e Bruna Motta

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

A proposta de emenda constitucional visa a alterar a Constituição Estadual. Por isso, tem um rito repleto de particularidades: ela tem que ser assinada por, pelos menos, um terço dos 70 deputados (24) e é votada em dois turnos, nos quais precisa receber, no mínimo, 42 votos favoráveis — o equivalente a três quintos do total.

Uma vez aprovada, não é enviada ao governador, mas promulgada pelo presidente da Casa. Das 61 PECs apresentadas nesta legislatura, nove foram aprovadas. Dentre elas, a que inclui a acessibilidade entre os direitos básicos dos cidadãos fluminenses. “Foi uma emenda pensada para fazer justiça”, disse o autor, Altineu Cortes (PR).

PROJETO DE LEI Nº 0000/2013

Os projetos de lei tratam de temas de competência do Poder Legislativo, com a sanção do governador. A aprovação se dá por maioria simples. Ou seja: com 36 deputados no plenário, se 19 votarem a favor, a proposta é aprovada. Até 15 de setembro, 2.444 projetos de lei foram apresentados pelos deputados e 680 leis sancionadas pelo governador Sérgio Cabral — como a 6.455/2013, de Janira Rocha (PSOL), aprovada há três meses, que obriga clínicas particulares conveniadas ao SUS a informar a gratuidade no atendimento aos pacientes.

PROMULGAÇÃO DE LEI

A promulgação de lei acontece quando se derruba um veto do governador a alguma proposta aprovada pelo Parlamento — podendo ser total ou parcial, sem determinados trechos do texto original. Os vetos são enviados à Alerj, que terá a palavra final na discussão, para votação em turno único. Com 36 votos ou mais, o veto é derrubado e o texto se torna lei, sendo promulgado pelo presidente da Assembleia. Se mantido, o projeto é arquivado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 00/2013

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Os projetos de lei complementar (PLC) se destinam a regulamentação e complementação de dispositivos constitucionais. A aprovação em plenário depende dos votos de 36 deputados — o que corresponde à maioria absoluta da Casa (metade mais um). Desde o início desta legislatura, 26 PLCs foram apresentados e dez viraram leis.

A norma que criou a Ficha Limpa Estadual, por exemplo, foi uma lei complementar, a 143/2012. Assinada por Nilton Salomão (PT), o texto regulamentou a emenda constitucional que, meses antes, vedou a nomeação de pessoas inelegíveis para funções públicas no estado. A lei esclarece como se dará o controle no preenchimento de cargos de alto escalão dos Três Poderes.

De acordo com o deputado, o instrumento serve para explicitar melhor determinadas normas. “A regulamentação é necessária para tornar as regras mais claras, e, portanto, eficazes. Sobretudo em um caso como este, ela era fundamental, pois não poderia restar dúvidas quanto às regras da Ficha Limpa”, explica Salomão.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 00/2013

De iniciativa exclusiva do Parlamento, os projetos de decreto legislativo não são submetidos à sanção do governador por cancelarem atos que ultrapassem as atribuições do Poder Executivo em propostas aprovadas pela Alerj. No ano passado, os deputados Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) e Comte Bittencourt (PPS) recorreram a esse dispositivo para sustar os efeitos de uma medida publicada pelo governo que contrariava o que a Assembleia aprovara, alterando a carga horária dos professores da Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (Suderj) de 40 para 24 horas semanais.

Atualmente, há 16 projetos de decreto legislativo apresentados nesta legislatura, e oito já foram aprovados. O instrumento é usado também para apreciação das contas do governador e do Tribunal de Contas do Estado, votados anualmente em plenário.

Indicações que vão e voltam como mensagens

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 00/2013

Autor(es): Fernanda Porto e Bruna Motta

Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, solicitando o envio de mensagem a esta Assembleia Legislativa, de acordo com o seguinte:

O texto acima é a introdução das indicações legislativas elaboradas pelos deputados que solicitam ao Executivo, ao Judiciário ou à Procuradoria-Geral de Justiça o envio de projetos de lei tratando de temas de sua competência. Para isso, os parlamentares remetem junto um anteprojeto.

São comuns indicações para mudanças no funcionalismo e nas regras tributárias e tarifárias — atribuições exclusivas do Poder Executivo. Recentemente, a Alerj aprovou dois projetos sugeridos por indicações legislativas. A Lei 6.482/2013, que beneficiou cerca de 15 mil trabalhadores da Ceasa, com a renovação das concessões dos comerciantes por 15 anos, nasceu de uma sugestão dos deputados Paulo Melo (PMDB) e Luiz Martins (PDT) e de comissões da Casa. Outro projeto aprovado pela Casa e inspirado em uma indicação da deputada Enfermeira Rejane (PCdoB), a Lei 6.505/2013 fixa a carga horária de 24 horas para 18 categorias de profissionais de saúde.

Já as indicações simples não entram na pauta de votação e são citadas a cada vez que um parlamentar, equivocadamente, tenta garantir uma obra, instalação de delegacia ou outra atribuição do Executivo através de indicação legislativa.

Nesses casos, a proposta retorna ao autor para ser transformada em indicação simples, instrumento que solicita aos poderes Executivo e Judiciário ações que não caibam em projetos de lei ou decretos.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0000/2013

Os projetos de resolução regulam questões de caráter processual, legislativo ou administrativo, como homenagens, criação de comissões especiais e propostas de alteração no Regimento Interno, que têm tramitação especial, com três dias para recebimento de emendas. Com esse objetivo, há em tramitação um projeto que quer retirar da pauta projetos em que os seus autores deputados estiverem ausentes na sessão de votação. Até o momento, já foram apresentados 1.019 projetos de resolução. Desses, 797 foram aprovados.



BEM VIVER

TODO DIA É DIA DE SAÚDE

Calendário de ações de prevenção inclui datas e semanas voltadas para conscientização

FABIANE VENTURA

Cuidar da saúde diariamente merece até um calendário. Dentre as iniciativas da Assembleia Legislativa para marcar datas para campanhas de tratamento e conscientização, destaca-se a da semana de prevenção ao câncer de mama e de colo do útero, de 8 a 14 de dezembro. Instituída pela Lei 6.481/2013, a campanha surgiu a partir das estatísticas: todos os anos, cerca de 52 mil novos casos são registrados por ano no Brasil, com quase 13 mil mortes, segundo a Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM).

Já o câncer de colo de útero mata 4.800 mulheres por ano, com 18,4 mil novos casos, segundo o Instituto Nacional do Câncer. Em ambos os casos, boa parte do tratamento consiste na divulgação de informações. A gravidade da situação faz com que a SBM desenvolva, há 13 anos, campanhas nacionais como a “Eu amo meus peitos”, em prol da importância de exames preventivos, como o papanicolau, e estimulando mulheres com

mais de 40 anos a realizar anualmente a mamografia.

“Propagar a informação é uma das principais armas contra qualquer tipo de doença e epidemia”, diz o presidente da SBM, Carlos Alberto Ruiz.

“A campanha é o primeiro passo para os pacientes serem encaminhados para serviços especializados”, explica o presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Rio, Marcelo Burlá.

Lei contra desconhecimento

Autor da lei, o deputado Paulo Ramos (sem partido) conta que incluiu o câncer de colo de útero no calendário de saúde do estado por entender que a doença era pouco conhecida pela população: “Sempre houve uma mobilização no combate ao câncer de mama, mas percebi que o de colo do útero ficava esquecido. Portanto, fiz uma alteração na Lei 2.627, de 1996, para trazer prevenção e conscientização”.

Mas não basta a conscientização. É preciso procurar um médico especializado: “As campanhas de prevenção são importantes, porém seus efeitos são limitados se não houver uma continuidade de ações”, diz Marcelo Burlá.

Outra data importante é 6 de agosto, fixada pela Lei 5.054/2007 como dia estadual de combate à tuberculose. Considerado uma doença silenciosa, o mal tem

cura, é tratado por uma vacina injetável (a BCG) e faz parte do calendário básico de vacinação para crianças logo após o nascimento, na própria maternidade.

Segundo o Ministério da Saúde, houve 71 mil casos de tuberculose em 2010, com 4,6 mil vítimas fatais. Já a Organização Mundial de Saúde revela que se trata da segunda doença infectocontagiosa que mais mata no mundo, com 8,7 milhões de casos e 1,4 milhão de mortes, em 2011. Dentre os pacientes com o vírus HIV, da Aids, a tuberculose é a principal causa de óbitos.

Segundo o pneumologista Carlos Alberto de Barros Franco, os sintomas são tosse e expectoração por mais de três semanas. “O diagnóstico precoce faz com que não só o paciente tenha o tratamento na fase inicial da doença, como diminui a chance de outras pessoas serem contaminadas”.

“A ideia é criar conscientização e dar visibilidade a essa doença”, diz a deputada Cida Diogo, autora da Lei 5.054.

Vice-presidente da Comissão de Saúde da Alerj, Pedro Fernandes (PMDB) enfatiza a importância do calendário como forma de prevenção: “Além de mais eficiente, a prevenção é sempre mais barata se levarmos em conta os custos de tratamento e os impactos no setor produtivo, quando esperamos a doença se estabelecer para então agir”.



FEVEREIRO

Dias 28/29: prevenção das lesões por esforços repetitivos.

ABRIL

De 1 a 7: campanha de prevenção do transtorno obsessivo compulsivo e semana de combate às doenças sexualmente transmissíveis.

Dia 16: dia do combate ao câncer da Próstata.

JUNHO

De 8 a 14: semana para prevenção à leishmaniose.

De 15 a 21: semana de prevenção à endometriose.

JULHO

De 1 a 7: semana de prevenção e combate à verminose.

SETEMBRO

De 1 a 7: campanha de prevenção da síndrome do pânico.

De 8 a 14: semana de combate e prevenção à trombose.

OUTUBRO

De 8 a 14: semana de prevenção ao HPV.

De 29 a 31: semana de prevenção e combate à obesidade.

DEZEMBRO

De 8 a 14: semana de prevenção ao câncer de mama e do colo do útero.

POLÍTICA



Gabriel Telles

Paulo Melo na sessão para cassar Renata e Jane: voto secreto por ordem do STF

Alerj aboliu voto secreto em 2001, antecipando-se ao Congresso em 12 anos

MARCELO DIAS

Enquanto o Congresso Nacional discute alterar a Constituição para incluir o fim do voto secreto nas casas legislativas do país inteiro, a Alerj já havia estabelecido essa prática na década pas-

sada. Mesmo sem previsão constitucional, a Casa foi a primeira a abolir esse tipo de votação no Brasil, em 2001.

A diferença é que o Senado estuda abrir duas exceções — para vetos presidenciais e indicações nominais como as de diplomatas e presidentes de agências reguladoras —, ao contrário do que se decidiu na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que aprovou o voto aberto para todas as votações.

Relator da proposta de emenda constitucional (PEC) 43/2013, o senador Sérgio

Souza (PMDB-PR) deve propor a manutenção do voto secreto só para cassações.

“Acho que Brasília comete um equívoco quando ainda quer se manter num corporativismo e protecionismo que não têm mais sentido num mundo globalizado”, diz o presidente da Alerj, Paulo Melo (PMDB), para quem a votação aberta e ampla também representa mais liberdade para os parlamentares: “O voto aberto não tem que ser concessão, mas obrigação. A Alerj fez isso há 12 anos e, quando o político não tem rabo preso, vota mais livre”.

Transparência parlamentar

Para o deputado, o fim do voto secreto garante mais transparência à atuação parlamentar e maior poder de fiscalização para a população. “Quando você contrata um funcionário, sabe o que ele faz. Quando desconfia dele, bota uma câmera em casa para saber como ele trabalha. Não somos diferentes disso, a não ser pelo fato de não termos um patrão, mas milhares de patrões”, explica Melo.

Neste momento, a Alerj avalia a PEC 56, proposta pelo próprio Paulo Melo e pelos deputados Wagner Montes (PSD), Marcelo Freixo (PSOL), Luiz Paulo Corrêa da Rocha e Lucinha (ambos do PSDB), para ratificação do voto aberto para cassações — o que não impediu a Alerj de aprovar a perda de mandatos de Álvaro Lins, Jane Cozzolino e Renata do Posto, mesmo em sessões secretas, em 2008.

Cassações marcam plenário em 2008

Jane Cozzolino e Renata do Posto perderam os mandatos no dia 1º de abril de 2008. Jane foi cassada por 48 votos a 15; e Renata, por 50 a 11. Ambas participaram de um esquema de fraudes, com uso de funcionários fantasmas, para desviar recursos do auxílio-educação.

Já o ex-chefe de Polícia Alvaro Lins foi cassado por 36 votos a favor e 24 contrários, no dia 12 de agosto daquele ano. Lins era investigado pela Polícia Federal por acusações de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, corrupção passiva e facilitação de contrabando.

Antes disso, em 2003, uma votação aberta chegou a cassar um deputado (39 votos a favor, 20 contra e seis abstenções). Mas a sessão acabou suspensa por determinação do Supremo Tribunal Federal, que a considerou inconstitucional, pois o rito

para se tirar o mandato de um parlamentar, segundo a Constituição, deveria ser de votação secreta.

E é isto que o Congresso Nacional está tentando mudar agora. A diferença é que, se dependesse da Alerj, a regra teria sido modificada em 2001.

Em Brasília, a Câmara dos Deputados aprovou a proposta para o fim do voto secreto em segundo turno, no último dia 3 de setembro, por sonoros 452 a 0, para todos os tipos de votação.

Tamanha unanimidade foi, segundo o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, uma resposta à manutenção do mandato de Natan Donadon (PMDB-RO) — condenado pelo STF a 13 anos na penitenciária federal da Papuda, em Brasília, por formação de quadrilha e roubo de R\$ 3,4 milhões da Assembleia Legislativa de

Rondônia, nos anos 1990.

“Que cada parlamentar assuma seu voto, sua decisão e sua consciência nessas questões”, afirmou Alves, após a votação.

No dia seguinte, Henrique Alves concordou com o presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre o desmembramento do voto aberto. Uma vez aprovada a PEC pelo Senado, o texto será promulgado. “Essa medida agilizará aquilo que é fundamental neste momento: o voto aberto para os casos de perda de mandato parlamentar”, afirmou o deputado.

De acordo com o presidente da Câmara, a opção da Casa pelo voto aberto irrestrito se deu pelo clamor das ruas: “A Câmara votou a proposta mais radical, a partir de um apelo meu, porque era preciso dar uma resposta imediata à sociedade.”

MOBILIDADE URBANA

Deputados *na catraca*

Gabriel Esteves

Todos a bordo: Comte e Palmares viajam de barca com 1.300 passageiros

Parlamentares trocam carro oficial com motorista por transporte público, preferindo barcas, metrô e ônibus

AMANDA LAZARONI E FÁBIO PEIXOTO

Motoristas e passageiros estressados e espremidos se tornaram figuras constantes no Rio de Janeiro. E não é para menos. De acordo com o Departamento Nacional de Trânsito, a frota da Região Metropolitana ultrapassa os 2,7 milhões de automóveis, com mais da metade deles na capital. Para

piorar, o problema não para de crescer. Nos últimos dez anos, a quantidade de veículos saltou 44%, tornando a mobilidade urbana um desafio para a população e seus representantes no Legislativo. Sim, há deputados que abrem mão do carro oficial para usar o transporte público.

O próprio presidente da Alerj, Paulo Melo (PMDB), opta pelo catamarã para cruzar a Baía da Guanabara, escapando dos engarrafamentos na Ponte Rio-Niterói quando retorna a Saquarema, na Região dos Lagos, tomando o carro em Niterói. "Já cheguei a perder quase duas horas para cruzar a Ponte Rio-Niterói, algo que, nas barcas, levo em média 20 minutos", diz o deputado,

que acredita numa melhoria do serviço com a chegada de novas embarcações alugadas prometidas para este ano pela CCR Barcas.

As barcas também fazem parte do cotidiano de deputados que moram em Niterói e São Gonçalo, como Comte Bittencourt (PPS), Gilberto Palmares (PT) e José Luiz Nanci (PPS), que unem o útil ao agradável: fugir dos engarrafamentos e fiscalizar a concessionária.

"Quando se vive o dia a dia com o cidadão, você consegue um olhar diferenciado", explica Comte Bittencourt, para quem se poderia investir mais em transporte hidroviário na Baía de Guanabara: "Temos um mar abrigado (fechado) e poderíamos ter muitas outras linhas".

Já Gilberto Palmares, que presidiu a CPI das Barcas e dirige uma comissão especial para acompanhar o transporte hidroviário, conta que se divide entre Rio e Niterói, e dispensou o carro oficial. Além disso, acredita que é importante dividir com os passageiros as agruras do cotidiano.

"Eu uso ônibus e barca. Depois que me casei, fico cinco dias na Tijuca, no Rio, e dois em Niterói. Lá, eu moro perto de Santa Rosa. Então, pego um ônibus até o Centro. Não tem sentido fazer o carro pegar a Ponte para ir e voltar. E acho importante usar o transporte público porque abordo esse tema frequentemente e acho que devo sentir o que as pessoas vivem usando esse serviço", explica o parlamentar.

"Morando em São Gonçalo, você sabe como é..."

Como na música de Seu Jorge, José Luiz Nanci sabe como é. Para sair de São Gonçalo, o deputado troca o carro com motorista pelas barcas, em Niterói. "Os engarrafamentos na Ponte são desgastantes. É comum levar mais de uma hora para cruzá-la. Além de ser um carro a menos na rua e a travessia marítima ser mais rápida, damos exemplo pois também passamos pelos mesmos problemas de quem usa transporte público", diz.

Ex-secretário de Transportes da capital, Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB)

é outro que divide a roleta do dia a dia com a população. Morador do Humaitá, na Zona Sul carioca, ele conta que usa ônibus e metrô para trabalhar e até para lazer. "Tem um ponto perto de casa. Pegando ônibus ali, desço em frente à Alerj. É muito mais cômodo", explica.

Mas o tucano reclama do serviço de ônibus: "Hoje em dia, com GPS, dá para precisar onde o ônibus está e quanto tempo levará para chegar ao ponto", conta ele, referindo-se a sistemas comuns em cidades como Paris e Londres.



Gabriel Telles

Onda de informação

Lei obriga governo a divulgar qualidade das águas e a monitorar areias na orla

LUCAS LIMA E THIAGO MANGA

O mar não está para peixe. E nem para gente. Segundo o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), praias como as de São Conrado,

do Leblon e de Ipanema passaram boa parte do ano impróprias para banho — e, pior, sem sinalização na orla para alertar os frequentadores. Por isso, o governo sancionou em julho a Lei 6.496/2013, tornando obrigatória a divulgação, na internet, das condições de balneabilidade das praias.

Segundo o texto, de autoria da deputada Aspásia Camargo (PV), as praias ficam divididas em três níveis de frequência: baixa, moderada e intensiva

— onde também deverá haver painéis informativos sobre a qualidade da água.

Para a parlamentar, o anúncio das condições de balneabilidade poderá evitar surpresas desagradáveis no meio de um mergulho e preservar a saúde dos banhistas: "A lei dá transparência à medição da qualidade de vida da população. Muitas vezes, as pessoas vão tomar um banho de mar numa praia muito poluída. Já aconteceu comigo".

Gabriel Esteves

Especialista pede dados em tempo real

O oceanógrafo e ambientalista David Zee, da Uerj, adverte que o contato com água ou areia contaminada pode pôr em risco a saúde dos banhistas e propõe que as informações sejam divulgadas em tempo real. "A poluição pode causar doenças como gastroenterite, micoses e até problemas nos olhos. Esse monitoramento existe há 20 anos, mas poucos têm acesso a essa informação. A grande inovação da lei é a divulgação no próprio local. Mas poderíamos propor um sistema instantâneo de medição. Isso é possível", diz.

Em Copacabana, a novidade foi bem recebida. A Princesinha do Mar, aliás, tem sido bem avaliada pelo Inea. "Alertar é importante, mas precisamos de medidas para evitar a poluição", opina a universitária Thaíssa Garcia, de 21 anos. "É legal termos uma noção real da qualidade das águas. Mas tão importante quanto as placas é a divulgação na internet, já que tem gente que vem de muito longe. Para essas pessoas, não vai adiantar a placa na praia. Os painéis eletrônicos que informam sobre o trânsito poderiam informar sobre as a qualidade das praias", sugere Sandro Marinho, de 22.

Embora o projeto original previsse o monitoramento das areias — cujo artigo foi vetado pelo governo —, Aspásia diz que o governo se comprometeu em fazer esse controle e divulgá-lo nas praias principais.

Para acessar os dados do Inea, basta acessar o site www.inea.rj.gov.br/fma/balneabilidade-praias.asp.